



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
COSEAC – COORDENAÇÃO DE SELEÇÃO ACADÊMICA
GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA



PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
EDITAL Nº 04/2022

Cargo: ASSISTENTE SOCIAL	Código 101
---------------------------------	-----------------------------

CADERNO DE QUESTÕES

Instruções ao candidato

- Além deste Caderno de Questões, você deverá receber do fiscal o seu Cartão de Respostas.
- Em seguida, verifique se o Caderno de Questões contém enunciadas 40 (quarenta) questões.
01 a 10 – Sistema Único de Saúde
11 a 20 – Língua Portuguesa
21 a 40 – Conhecimentos Específicos
- Verifique se estas informações estão corretas e se as questões estão legíveis.
- Confira no Cartão de Respostas se seu nome, número de inscrição e número do documento de identidade estão corretos.
- Em hipótese alguma haverá substituição do Caderno de Questões, e do Cartão de Respostas se você cometer erros ou rasuras durante a prova.
- Você dispõe de no mínimo, **uma hora e trinta minutos**, e de no máximo, **três horas** para realizar esta prova, incluindo o tempo para preenchimento do Cartão de Respostas.
- Utilize apenas caneta esferográfica de corpo transparente com tinta azul ou preta para o preenchimento do Cartão de Respostas.
- Cada questão de múltipla escolha contém cinco opções de respostas – (A) (B) (C) (D) (E) –, sendo apenas uma delas a correta. A questão que estiver sem opção assinalada, ou a questão que apresentar mais de uma opção assinalada, mesmo que dentre elas se encontre a correta, ou a questão que apresentar rasuras, receberá pontuação zero.
- É vedado ao candidato fazer uso de qualquer instrumento que sirva para cálculo ou desenho, como também qualquer material que sirva de consulta ou comunicação.
- O candidato poderá levar este Caderno de Questões, somente quando restar **uma hora** para o término da prova.
- Ao término da prova, entregue ao fiscal o documento oficial contendo o Cartão de Respostas assinado, com a frase abaixo transcrita. Se terminou a prova com menos de **duas horas**, entregue também este Caderno de Questões. A não entrega implicará a sua eliminação no Concurso.
- Caso necessite de mais esclarecimentos, solicite ao fiscal a presença do Chefe de Local.

FRASE A SER TRANSCRITA PARA O CARTÃO DE RESPOSTAS NO QUADRO
“EXAME GRAFOTÉCNICO”

A maior riqueza é a Saúde

Ralph Waldo Emerson

Parte I - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

01 As ações e os serviços públicos de saúde, e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no Art. 198 da Constituição Federal e obedecem, ainda, a vários princípios. O conjunto articulado e contínuo das ações e dos serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso, em todos os níveis de complexidade do sistema, é conhecido como princípio da:

- (A) universalidade.
- (B) descentralização político-administrativa.
- (C) integralidade de assistência.
- (D) capacidade de resolução dos serviços em todos os níveis de assistência.
- (E) regionalização e hierarquização da rede de serviços de saúde.

02 Os recursos financeiros do Sistema Único de Saúde serão depositados em conta especial, em cada esfera de sua atuação, e movimentados sob fiscalização:

- (A) do Ministério da Saúde.
- (B) do Ministério da Previdência Social.
- (C) dos Tribunais de Contas das respectivas unidades federativas.
- (D) dos respectivos Conselhos de Saúde.
- (E) do Ministério Público Federal.

03 Complete a lacuna no enunciado, e a seguir assinale a opção correta.

A Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, prevê que a Conferência de Saúde reunir-se-á a cada _____ com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde nos níveis correspondentes, convocada pelo Poder Executivo ou, extraordinariamente, por esta ou pelo Conselho de Saúde.

- (A) 6 meses.
- (B) 1 ano.
- (C) 2 anos.
- (D) 3 anos.
- (E) 4 anos.

04 A incorporação, exclusão ou alteração pelo SUS de novos medicamentos, produtos e procedimentos, bem como a constituição ou a alteração de protocolo clínico ou de diretriz terapêutica, são atribuições:

- (A) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).
- (B) do Ministério da Saúde com assessoria da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS.
- (C) do Conselho Nacional de Saúde.
- (D) do Conselho Gestor Regional do Sistema Único de Saúde com participação decisória do Conselho Estadual de Saúde.
- (E) do Conselho Federal de Medicina com participação obrigatória dos Conselhos Regionais de Medicina de cada unidade da federação brasileira, sob supervisão do Ministério da Saúde.

05 O espaço geográfico contínuo constituído por agrupamentos de municípios limítrofes, delimitado a partir de identidades culturais, econômicas e sociais e de redes de comunicação e infraestrutura de transportes compartilhados, com a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde, está previsto no Decreto 7.508, de 28 de junho de 2011, e é conhecido como:

- (A) Região de Saúde.
- (B) Área Programática de Saúde.
- (C) Mapa de Saúde.
- (D) Rede Regional de Atenção Primária à Saúde.
- (E) Serviços Especiais de Acesso Aberto.

06 De acordo com a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, serão consideradas despesas com ações e serviços públicos de saúde as referentes a:

- (A) saneamento básico, inclusive quanto às ações financiadas e mantidas com recursos provenientes de taxas, tarifas ou preços públicos instituídos para essa finalidade.
- (B) limpeza urbana e remoção de resíduos.
- (C) gestão do sistema público de saúde e operação de unidades prestadoras de serviços públicos de saúde.
- (D) preservação e correção do meio ambiente realizadas pelos órgãos de meio ambiente dos entes da Federação ou por entidades não governamentais.
- (E) ações de assistência social.

07 Com relação à diretriz “Longitudinalidade do Cuidado”, prevista na Portaria nº 2.436 do Ministério da Saúde, de 21 de setembro de 2017, é correto afirmar que:

- (A) reconhece as necessidades de saúde da população sob responsabilidade da rede de atenção básica, organizando as necessidades dessa população em relação aos outros pontos de atenção à saúde, contribuindo para que o planejamento das ações, assim como a programação dos serviços de saúde, parta das necessidades de saúde das pessoas.
- (B) estimula a participação das pessoas, a orientação comunitária das ações de saúde na atenção básica e a competência cultural no cuidado, como forma de ampliar a autonomia e a capacidade dos indivíduos na construção do cuidado da sua própria saúde e da saúde das outras pessoas e das coletividades do território.
- (C) reforça a importância de a atenção básica ser resolutiva, utilizando e articulando diferentes tecnologias de cuidado individual e coletivo, por meio de uma clínica ampliada capaz de construir vínculos positivos e intervenções clínicas e sanitariamente efetivas, centrada na pessoa, na perspectiva de ampliação dos graus de autonomia dos indivíduos e grupos sociais.

(D) aponta para o desenvolvimento de ações de cuidado, de forma singularizada, que auxiliem as pessoas a desenvolverem conhecimentos, aptidões, competências e a confiança necessária para gerir e tomar decisões embasadas sobre sua própria saúde de forma mais efetiva.

(E) pressupõe a continuidade da relação de cuidado, com construção de vínculo e responsabilização entre profissionais e usuários ao longo do tempo, e de modo permanente e consistente, acompanhando os efeitos das intervenções em saúde e de outros elementos na vida das pessoas, evitando a perda de referências e diminuindo os riscos de iatrogenia que são decorrentes do desconhecimento das histórias de vida e da falta de coordenação do cuidado.

08 A Lei nº 8.080/90 define regras para o planejamento e orçamento do Sistema Único de Saúde (SUS) e, entre outras providências, estabelece que:

- (A) será permitida a destinação de subvenções e auxílios a instituições filantrópicas e prestadoras de serviços de saúde com finalidade lucrativa apenas quando aprovada pelo Ministério da Saúde.
- (B) o Ministério do Planejamento acompanhará, por meio de seu sistema de auditoria, a conformidade com a programação aprovada da aplicação dos recursos repassados aos estados e municípios. Constatada malversação, desvio ou não aplicação dos recursos, caberá ao Tribunal de Contas da União aplicar as medidas previstas em lei.
- (C) a Secretaria Estadual de Saúde fixará as diretrizes a serem observadas na elaboração dos planos de saúde, em função das características epidemiológicas e da organização dos serviços em cada jurisdição administrativa.
- (D) é vedada a transferência de recursos para o financiamento de ações não previstas nos planos de saúde, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública na área de saúde.

(E) os planos de saúde serão a base das atividades e programações de cada nível de direção do SUS, e seu financiamento independe de previsão na respectiva proposta orçamentária por ter previsão legal.

09 Com relação à assistência à saúde pela iniciativa privada prevista na Constituição Federal, é correto afirmar que:

- (A) é permitida a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos, desde que prevista expressamente no contrato celebrado com o ente federativo e autorizado pelo Poder Executivo.
- (B) é vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei.
- (C) as instituições privadas poderão participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito privado ou consórcio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.
- (D) a lei complementar disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, o processamento e a transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização, salvo nos casos de calamidade pública.
- (E) a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos somente pode ser implementada quando prevista expressamente no contrato celebrado com o ente federativo e autorizado pela maioria absoluta do Congresso Nacional.

10 O acordo de colaboração entre os entes federativos para a organização da rede interfederativa de atenção à saúde, previsto no Decreto 7.508, de 28 de junho de 2011, será firmado por meio de:

- (A) contrato organizativo da ação pública da saúde.
- (B) concessão com participação obrigatória da União.
- (C) convênio.
- (D) permissão com participação obrigatória da União.
- (E) consórcio.

PARTE II – LÍNGUA PORTUGUESA

Texto 1

Prisão

Michel Foucault

A prisão é menos recente do que se diz quando se faz datar seu nascimento dos novos códigos. A forma-prisão preexiste à sua utilização sistemática nas leis penais. Ela se constituiu fora do aparelho judiciário, quando se elaboraram, por todo o corpo social, os processos para repartir os indivíduos, fixá-los e distribuí-los espacialmente, classificá-los, tirar deles o máximo de tempo, e o máximo de forças, treinar seus corpos, codificar seu comportamento contínuo, mantê-los numa visibilidade sem lacuna, formar em torno deles um aparelho completo de observação, registro e 10 notações, constituir sobre eles um saber que se acumula e se centraliza. A forma geral de uma aparelhagem para tornar os indivíduos dóceis e 15 úteis, através de um trabalho preciso sobre seu corpo, criou a instituição-prisão, antes que a lei a definisse como a pena por excelência. No fim do século XVIII e princípio do século XIX se dá a 20 passagem a uma penalidade de detenção, é verdade; e era coisa nova. Mas era na verdade abertura da penalidade a mecanismos de coerção já elaborados em outros lugares. Os “modelos” da 25 detenção penal — Gand, Gloucester, Walnut Street — marcam os primeiros pontos visíveis dessa transição, mais que inovações ou pontos de partida. A prisão, peça essencial no conjunto das punições, marca certamente um momento importante na história da justiça penal: seu acesso 30 à “humanidade”.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramalhe. 27^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987. p. 260.

11 O filósofo, historiador e crítico literário Michel Foucault é conhecido por suas teorias acerca da relação entre poder e conhecimento e da influência dessa relação no controle da sociedade.

De acordo com o excerto em destaque, “A forma-prisão preexiste à sua utilização sistemática nas leis penais” (linhas 3-4) porque:

- (A) seu nascimento data dos novos códigos.
- (B) foi criada entre o fim do séc. XVIII e início do XIX.
- (C) antes não era definida como a pena por excelência.
- (D) se constituiu exatamente no aparelho judiciário.
- (E) passou a ser acessada pela humanidade tardiamente.

Leia o fragmento seguinte para responder às questões **12** e **13**.

“Os ‘modelos’ da detenção penal — Gand, Gloucester, Walnut Street — marcam os primeiros pontos visíveis dessa transição, mais que inovações ou pontos de partida” (linhas 23-27).

12 O emprego dos travessões justifica-se para:

- (A) indicar o ato de fala do enunciador.
- (B) marcar a fala do personagem em discurso direto.
- (C) separar partes coordenadas de um período.
- (D) especificar uma citação alheia.
- (E) intercalar um detalhamento no discurso.

13 O termo “dessa transição” em destaque é:

- (A) coesivo e se refere à expressão “quando se elaboraram [...] os processos para repartir os indivíduos, fixá-los e distribuí-los espacialmente...” (linhas 5-7).
- (B) hiperonímico e se refere à expressão “A forma geral de uma aparelhagem para tornar os indivíduos dóceis e úteis...” (linhas 14-16).
- (C) hiponímico e se refere à expressão “um trabalho preciso sobre seu corpo” (linhas 16-17).
- (D) anafórico e se refere à expressão “a passagem a uma penalidade de detenção” (linhas 19-20).

(E) catafórico e se refere à expressão “A prisão, peça essencial no conjunto das punições...” (linhas 27-28).

14 O acento grave no “a” em “seu acesso à humanidade” (linhas 29-30) se justifica por:

- (A) iniciar um complemento nominal.
- (B) diferenciar a ortografia do determinante.
- (C) assinalar a concordância nominal.
- (D) introduzir um objeto indireto.
- (E) marcar um monossílabo tônico.

Texto 2

Casa de correção

Graciliano Ramos

Fui sentar-me num banco, junto à mesa. O diretor conversava animado, risonho e familiar. Tratavam-no por major e pareciam gostar dele. Nesse ponto José Brasil entrou com dois faxinas, que puseram diante de mim bules de café, leite e chá, um tabuleiro cheio de fatias de pão. Surgiu-me de repente a fome: bebi sôfrego um caneco de leite e comecei a devorar. Espantava-me o horrível apetite, depois da longa inapetência, e desgostava-me não conseguir moderá-lo. Portava-me como selvagem, mastigava sem descontinuar e envergonhava-me de estar causando impressão deplorável. Minutos antes as maçãs e os biscoitos provocavam-me repugnância. A esquisita avidez viera de golpe. Esforçava-me por inteligência que ainda havia em mim. Bicho faminto, surdo, mudo. Não me achava inteiramente cego: via em redor médicos, engenheiros, advogados, jornalistas, oficiais do exército, gente que, meses atrás, lia e jogava xadrez no Pavilhão. A ausência de operários deu-me uma indicação: provavelmente estávamos na Sala da Capela, destinada a burgueses e intelectuais. Mas por que não estavam ali Rodolfo Ghioldi, Sérgio, Valério Konder, os Campos da Paz? Consumi todo o pão e esvaziei o bule de café. Aí choveram perguntas, mas, cansado, zozzo, senti preguiça de falar, catar lembranças.

A Colônia ia-se distanciando; a cama, a esteira, o lençol ensanguentado, a tatuagem de Gaúcho e os olhos ferozes de Alfeu confundiam-se. Teriam existido? Afligi-me reconhecer lacunas em tão pouco tempo,

vacilações na memória. Não me seria possível reconstituir o galpão, o refeitório, a generosidade estranha de Cubano, o estertor do vagabundo na imensa noite.

RAMOS, Graciliano. Memórias do cárcere. 43.ed. Vol. II. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006. p. 280-281.

15 Graciliano Ramos é um dos maiores nomes da literatura brasileira e escreveu “Memórias do cárcere”, publicado postumamente em 1953, acerca do tempo em que foi preso político.

O título “Casa de correção” atua no estabelecimento da coerência textual porque:

- (A) encontra sinônimos ao longo do texto.
- (B) fixa o campo semântico do texto.
- (C) antecipa o ambiente hospitalar em que se situa o texto.
- (D) provoca ironia em relação ao conteúdo do texto.
- (E) metaforiza o espaço descrito no texto.

16 No enunciado “O diretor conversava animado, risonho e familiar” (linhas 2-3), os termos sublinhados exercem a função sintática de:

- (A) adjunto adverbial de modo em estrutura de predicado nominal.
- (B) predicativo do objeto em estrutura de predicado verbal.
- (C) adjunto adnominal em estrutura de predicado verbo-nominal.
- (D) complemento nominal em estrutura de predicado nominal.
- (E) predicativo do sujeito em estrutura de predicado verbo-nominal.

17 “A Colônia ia-se distanciando; a cama, a esteira, o lençol ensanguentado, a tatuagem de Gaúcho e os olhos ferozes de Alfeu confundiam-se. Teriam existido?” (linhas 31-34). O enunciado “Teriam existido?” configura um caso de discurso:

- (A) direto.
- (B) direto livre.
- (C) indireto livre.
- (D) indireto.
- (E) relatado parodiado.

Texto 3

‘ENCARCERADOS’: DOCUMENTÁRIO APRESENTA VISÃO HUMANIZADA DAS PRISÕES NO BRASIL

Baseado em livro de Drauzio Varella, o filme expõe o estado do sistema penitenciário do país a partir do ponto de vista dos carcereiros.

A melhor forma de entender uma realidade é viver nela. Pensando neste sentido, o documentário Encarcerados apresenta a situação do sistema penitenciário brasileiro explicado por quem convive com ele diariamente: os carcereiros. O documentário passa por oito penitenciárias de São Paulo para fazer um panorama geral de como o sistema carcerário se mostra a partir do olhar dos agentes penitenciários que nele trabalham. A ideia é adaptar o que Varella fez no livro, dar voz a essas pessoas anônimas que lidam todos os dias com a população que está mais à margem da sociedade, com os presos, ignorados pela grande maioria do país.

Talvez a principal característica do filme seja a humanidade. Os diretores Claudia Calabi, Fernando Grostein Andrade e Pedro Bial conviveram com carcereiros, conversaram com sentenciados e estiveram diversas vezes nos presídios de São Paulo para passar para o documentário o lado mais humano possível desses locais que muitas vezes são apresentados como o lar dos rejeitados. “O sistema penitenciário prende mais do que sua capacidade de manter preso. É um sistema que tem dificuldade na reabilitação porque é desumano com todos: com detentos e funcionários”, pontua Fernando Grostein Andrade. “Eu acredito que é necessário jogar a luz para os menos favorecidos”, acrescenta.

Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/diversao-e-arte/2021/08/4946018-encarcerados-documentario-apresenta-visao-humanizada-prisoas-no-brasil.html> Acesso em:

19 set. 2022. Adaptado.

18 A matéria em destaque tem como objetivo predominante

- (A) parafrasear o livro “Encarcerados”.
- (B) argumentar contra o sistema penal.
- (C) narrar a rotina de um presídio.
- (D) descrever o documentário-tema do texto.
- (E) mostrar o olhar dos carcereiros.

19 Leia os enunciados antes de responder à questão.

I “ENCARCERADOS”: DOCUMENTÁRIO APRESENTA VISÃO HUMANIZADA DAS PRISÕES NO BRASIL” (título).

II “O documentário passa por oito penitenciárias de São Paulo para fazer um panorama geral de como o sistema carcerário se mostra a partir do olhar dos agentes penitenciários que nele trabalham” (linhas 6-10).

As palavras sublinhadas nos enunciados I e II (“encarcerados”, “carcerário” e “olhar”) se formam, respectivamente, pelos processos de

- (A) derivação parassintética; derivação sufixal; derivação imprópria.
- (B) derivação prefixal e sufixal; derivação prefixal; derivação regressiva.
- (C) derivação imprópria; derivação prefixal e sufixal; derivação prefixal.
- (D) derivação regressiva; derivação prefixal; derivação parassintética.
- (E) derivação sufixal; derivação imprópria; derivação prefixal e sufixal.

20 “Os diretores Claudia Calabi, Fernando Grostein Andrade e Pedro Bial conviveram com carcereiros, conversaram com sentenciados e estiveram diversas vezes nos presídios de São Paulo para passar para o documentário o lado mais humano possível destes locais que muitas vezes são apresentados como o lar dos rejeitados” (linhas 17-24).

Na voz passiva sintética, a oração sublinhada no enunciado acima teria a seguinte estrutura:

- (A) que muitas vezes se apresentaram como o lar dos rejeitados.
- (B) que muitas vezes foram apresentados como o lar dos rejeitados.
- (C) que muitas vezes se apresentam como o lar dos rejeitados.
- (D) que muitas vezes apresentar-se-iam como o lar dos rejeitados.
- (E) que muitas vezes serão apresentados como o lar dos rejeitados.

Parte III – Conhecimentos Específicos

21 Ao propor o conceito de **hiperencarceramento**, em substituição à noção de **encarceramento em massa**, Loïc Wacquant procura salientar:

- (A) o exercício de poder do aparato jurídico como *modus operandi* do Estado Penal, em contraposição a políticas de *workfare* voltadas à formação e capacitação da classe trabalhadora para inserção no mercado de trabalho.
- (B) a seletividade extrema da penalização, de acordo com a posição de classe, o pertencimento étnico ou *status* cívico e o local de residência, enquanto aspectos constitutivos da política de gestão punitiva da pobreza.
- (C) a busca de legitimidade dos governantes e das classes dominantes, ao produzirem uma situação de pseudo segurança à população, mediante o combate ao crime organizado, a corrupção e ao tráfico de drogas.
- (D) o envolvimento das forças de segurança pública no fortalecimento da provisão da proteção social pelo mercado, em substituição ao Estado interventor que perdurou durante os chamados anos de ouro do capitalismo.
- (E) a inauguração de um novo modo de atuação do Estado capitalista no contexto da crise do capital, em que se busca reduzir gastos sociais e, como consequência, aumentar a população carcerária destituída de políticas sociais.

22 Potyara Pereira chama atenção para a relação dilemática que se estabelece entre proteção social e trabalho nos marcos do capitalismo. A respeito dessa relação no cenário contemporâneo, é possível afirmar, com base na autora, que:

- (A) a noção de proteção social tem se afastado da concepção de direito do trabalhador a ser protegido e assistido, para se identificar com a obrigação de todos a se inserirem ou se pautarem pelos ditames do trabalho precarizado.
- (B) o desemprego e a precarização do trabalho têm exigido respostas abrangentes da assistência social, a fim de proteger os grupos sociais antes excluídos das políticas públicas, agora alçados à condição de empreendedores.

- (C) as mudanças tecnológicas provocadas pela Indústria 4.0 têm demandado o aumento da força de trabalho industrial, o que coloca a necessidade de reformas de políticas de proteção social voltadas para a reprodução da classe trabalhadora.
- (D) as políticas de proteção social têm conseguido ultrapassar sua condição de simples alívio à pobreza para se constituírem importante mecanismo garantidor de direitos sociais, superando a disjuntiva entre a condição de trabalhador e a de assistido.
- (E) à medida que a oferta de postos de trabalho se expande, a proteção social pública torna-se irrelevante, haja vista que o trabalho é a principal fonte de bem-estar humano e o canal de criação de meios dignos de autossustentação.

23 Almeida e Alencar, ao discutirem as particularidades do trabalho do/da assistente social na esfera pública estatal brasileira na atualidade, chamam atenção para:

- (A) a perda da centralidade das atividades rotineiras de orientação e acompanhamento social a indivíduos e famílias, em função do predomínio de ações burocráticas.
- (B) o reforço da possibilidade de produção de uma cultura a partir do trabalho profissional, na direção da garantia e ampliação dos direitos de cidadania.
- (C) os processos de intensificação do trabalho nos serviços que impõem à sua produção componentes antes restritos à esfera da produção de mercadorias.
- (D) as contradições que atravessam a ampliação do mercado de trabalho do/da assistente social, reforçando seu caráter liberal atuante na esfera privada.
- (E) o fortalecimento do trabalho em equipe multiprofissional, haja vista a necessária incorporação de trabalhadores polivalentes para redução de custos de produção.

24 Tomando por referência o texto de Charles Toniolo de Sousa sobre a instrumentalidade na prática profissional do/da assistente social, entende-se que:

- (A) a ruptura com práticas repetitivas, burocráticas e mecânicas deriva da habilidade técnica do profissional em manusear os instrumentos de trabalho.
- (B) o instrumental técnico empregado pelos/pelas assistentes sociais prescinde da orientação teórica à qual se vincula.
- (C) a valorização da dimensão técnico-operativa é um legado histórico da profissão e contribui para a atualização do conservadorismo.
- (D) as demandas sociais apresentadas ao profissional de Serviço Social devem ser analisadas exclusivamente em sua dimensão universal.
- (E) os instrumentos e técnicas de intervenção não podem ser mais importantes do que os objetivos da ação profissional.

25 No texto intitulado “O Serviço Social no cotidiano: fios e desafios”, Vicente de Paula Faleiros analisa alguns dos conflitos que se estabelecem entre a política neoliberal do capitalismo contemporâneo e a proposta de cidadania e de defesa de direitos do Serviço Social crítico no cotidiano profissional das instituições. A respeito desses conflitos, é correto afirmar, segundo o autor, que:

- (A) o cotidiano institucional está carregado de amarras burocráticas que impedem o profissional de ultrapassar a aparência dos fenômenos e, desse modo, acaba por priorizar saídas individualizantes para os problemas sociais, indo de encontro, assim, à ética neoliberal hegemônica no tempo presente.
- (B) o avanço do emprego de dispositivos de tecnologia no trabalho institucional constrange as possibilidades de maior comunicabilidade do profissional com a população demandatária dos serviços sociais, na medida em que desarticula e esvazia tradições, ideologias, identidades e comunidades.
- (C) o exercício dos direitos sociais é impossível nas sociedades capitalistas, sobretudo em sua fase neoliberal, na medida em que as instituições sociais representam o braço ideológico da dominação burguesa, determinando as formas de trabalho nos diferentes espaços sócio-ocupacionais como as únicas possíveis.

- (D) o compromisso ético do cotidiano é uma dimensão crucial da ação profissional para superar as alienações de si mesmo em relação ao contexto institucional, considerando que as instituições sociais postulam valores como produtividade, exequibilidade, controle pelo alto, eficiência na redução de tempo e custo.
- (E) a crescente burocratização das instituições sociais mostra-se funcional para a agenda neoliberal, haja vista que serve de justificativa ideológica para a privatização dos serviços públicos, sob a pecha de que o setor privado é mais eficiente e produz melhores resultados do que os serviços públicos.

26 Senna e Garcia, em artigo intitulado “Políticas sociais e intersectorialidade: elementos para debate”, apontam alguns obstáculos para a operacionalização da intersectorialidade. São eles:

- (A) caráter espontâneo e pontual das ações intersectoriais; ausência de interesse por parte de gestores preocupados com produtividade e cumprimento de metas; e disputa por recursos financeiros escassos.
- (B) diferentes lógicas organizacionais por meio das quais operam as arenas setoriais; disputas por recursos e por *status* entre os setores envolvidos; e complexidade do processo de intermediação de interesses.
- (C) ausência de mecanismos de integração previstos no desenho das políticas sociais; frágil institucionalidade democrática no país; e prevalência de concepção racionalizadora da gestão institucional.
- (D) busca desenfreada por uma polivalência impossível; engessamento de práticas institucionais e de relações de poder consolidadas historicamente; e privilegiamento da cultura superespecializada que tem sido a tônica da Ciência Moderna.
- (E) multiplicidade de interlocutores oriundos de diversas áreas de conhecimento; resistência de profissionais dos diferentes setores para desenvolvimento de ações conjuntas; e precarização do trabalho profissional sob a égide neoliberal.

27 Um dos desafios apontados por Alzira Lewgoy, para a articulação entre formação e exercício profissional por meio do Estágio Supervisionado em Serviço Social, é:

- (A) garantir o aprendizado dos instrumentos de trabalho profissional do/da assistente social como forma de recuperar a dimensão técnico-operativa que vem sendo negligenciada na formação acadêmica, articulando-a às dimensões ético-política e teórico-metodológica.
- (B) fomentar a educação permanente dos profissionais inseridos nas instituições públicas e privadas, de modo a capacitá-los para o exercício profissional qualificado e, assim, seguir a orientação ético-política de ruptura com a lógica vigente de adestramento.
- (C) promover a flexibilização do processo formativo, em contraposição à rigidez dos currículos tradicionais, propiciando maior liberdade acadêmica, autonomia dos estudantes nas escolhas formativas e articulação indissociável entre supervisão acadêmica e profissional.
- (D) dar visibilidade aos processos sociais contemporâneos que se apresentam cotidianamente de forma difusa e com sentido ambíguo, pois os fenômenos aparecem de forma parcial, superficial, fetichizados, dando a falsa ideia de serem verdadeiros.
- (E) superar a fragmentação do processo de ensino e aprendizagem, definindo competências gerais e específicas por meio do estágio supervisionado, de modo a combinar múltiplas habilidades, preparando o futuro profissional para sua inserção em um mercado cada vez mais polivalente e globalizado.

28 A respeito da pesquisa em serviços ou associada ao trabalho profissional, tal como formulado por Carlos Moraes, é possível afirmar que:

- (A) os diferentes espaços sócio-ocupacionais em que se inserem os/as assistentes sociais constituem o lugar primordial para a construção de conhecimentos científicos, na medida em que permitem superar a aparência dos fenômenos sociais e ultrapassar o imediatismo que se apresenta nas demandas sociais dos usuários dos serviços sociais.
- (B) a dimensão investigativa do trabalho profissional corresponde à natureza teórico-metodológica da profissão do Serviço Social, exigindo habilidades técnicas e operativas que se afastem da ideologia dominante e, nesse sentido, deve se manter dissociada da dimensão ético-política que impede o conhecimento do real tal como ele se apresenta.
- (C) a atitude investigativa no trabalho profissional do/da assistente social é fundamental para o embasamento das decisões a serem tomadas no cotidiano profissional, bem como para a construção de sua capacidade argumentativa e seus posicionamentos político-interventivos com usuários, familiares, demais profissionais, e gestores.
- (D) a valorização da pesquisa em serviços se fortalece no Serviço Social brasileiro a partir dos anos 1980, no bojo do Movimento de Reconceituação/Intenção de Ruptura, momento em que o Serviço Social é reconhecido como ciência, com objeto, teoria e metodologia próprios, direcionados ao desvelamento dos fundamentos da questão social.
- (E) a distinção entre pesquisa acadêmica – científica e pesquisa em serviço é marcada por uma falsa oposição, na medida em que ambas se voltam à produção de conhecimentos que tomam a questão social como objeto central, amparando-se nos mesmos referenciais teórico-metodológicos e tomando o cotidiano como categoria analítica a ser desvendada pelo método científico.

29 A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) foi instituída no ano de 2014, por meio de portaria interministerial. Tem como um de seus objetivos:

- (A) garantir o acesso da população privada de liberdade no sistema prisional ao cuidado integral na rede de saúde, com a implantação de equipes de atenção primária intramuros e encaminhamento para outros pontos da Rede de Atenção à Saúde, como os serviços de média e alta complexidade extramuros.
- (B) praticar a gestão compartilhada dos serviços e ações de saúde dirigidos à população privada de liberdade no sistema prisional pelos três entes federados (União, estados e municípios), por meio do co-financiamento e do estabelecimento de protocolos de acesso e de acolhimento, viabilizando, assim, a resolutividade dessas ações.
- (C) promover ações de prevenção, tratamento e reabilitação para as pessoas privadas de liberdade no sistema prisional, por meio de serviços próprios no âmbito do sistema penitenciário e constituídos por equipe multidisciplinar composta pelas mesmas categorias profissionais da Estratégia de Saúde da Família.
- (D) assegurar condições para a atenção à saúde das pessoas privadas de liberdade dentro do próprio sistema prisional, evitando, assim, deslocamentos desnecessários que poderiam criar constrangimentos e riscos à população atendida nos serviços públicos do Sistema Único de Saúde (SUS).
- (E) realizar ações que promovam o completo estado de bem-estar físico, mental e social, tal como o conceito de saúde formulado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), fornecendo condições necessárias para o acompanhamento dos agravos à saúde exacerbados pelos determinantes sociais do processo saúde-doença.

30 Em respeito ao Código de Ética do/da Assistente Social, é dever desse/dessa profissional:

- (A) depor como testemunha sobre situação sigilosa do/da usuário/usuária de que tenha conhecimento no exercício profissional, sempre que essa situação configurar uma violação de direitos, desde que devidamente autorizado.
- (B) integrar comissões interdisciplinares de ética em seus locais de trabalho, tanto no que se refere à avaliação da conduta profissional, quanto às decisões sobre as políticas institucionais.
- (C) posicionar-se a favor da equidade e da justiça social, de modo a assegurar a universalidade do acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais enquanto direito de cidadania, bem como sua gestão democrática.
- (D) realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social, sempre que solicitado pelos órgãos competentes, de modo a viabilizar o acesso da classe trabalhadora aos direitos sociais.
- (E) apresentar à justiça, quando convocado na qualidade de perito ou testemunha, as conclusões de seu laudo ou depoimento, sem extrapolar o âmbito da competência profissional nem violar os princípios éticos contidos no Código.

31 De acordo com a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei Federal nº 8.662/1993), é atribuição privativa do/da assistente social:

- (A) prestar assessoria aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais.
- (B) planejar, organizar e administrar programas e projetos em unidades de Serviço Social.
- (C) orientar, normatizar e defender o exercício profissional dos/das assistentes sociais em seus diversos espaços sócio-ocupacionais.
- (D) utilizar métodos e técnicas amparadas pelo projeto ético-político da profissão para solucionar problemas de ajustamento.
- (E) criar mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados.

32 O Plano Nacional de Direitos Humanos, instituído pelo Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, considera, em seu anexo, que "(...) com as eleições de 2002, alguns dos setores mais organizados da sociedade trouxeram reivindicações históricas acumuladas, passando a influenciar diretamente a atuação do governo e vivendo de perto suas contradições internas. Nesse novo cenário, o diálogo entre Estado e sociedade civil assumiu especial relevo, com a compreensão e a preservação do distinto papel de cada um dos segmentos no processo de gestão. A interação é desenhada por acordos e dissensos, debates de ideias e pela deliberação em torno de propostas. Esses requisitos são imprescindíveis ao pleno exercício da democracia, cabendo à sociedade civil exigir, pressionar, cobrar, criticar, propor e fiscalizar as ações do Estado". O texto considera que, além de resultados práticos em termos de políticas públicas, houve:

- (A) dificuldade na interlocução de setores do poder público em virtude da diversidade social, cultural, étnica e regional que caracteriza os movimentos sociais no Brasil.
- (B) retrocesso na intervenção de setores do poder público em virtude da diversidade social, cultural, étnica e regional que caracteriza os movimentos sociais no Brasil.
- (C) paralisação da intervenção de setores do poder público em virtude da diversidade social, cultural, étnica e regional que caracteriza os movimentos sociais no Brasil.
- (D) avanços na interlocução de setores do poder público com toda a diversidade social, cultural, étnica e regional que caracteriza os movimentos sociais no Brasil.
- (E) aparelhamento da intervenção de setores do poder público em virtude da diversidade social, cultural, étnica e regional que caracteriza os movimentos sociais no Brasil.

33 Ao tratar da autonomia profissional no espaço institucional, Valéria Forti (2010, p.234) considera que "(...) os assistentes sociais têm relativa autonomia na execução do seu trabalho nos limites impostos pela conjuntura social e as instituições empregadoras – são trabalhadores assalariados. Isso significa chance de escolha, de imprimir sentido, direção valorativa às suas ações, mas para isso são necessárias":

- (A) conjunturas políticas favoráveis.
- (B) condições políticas adequadas.
- (C) condições objetivas e subjetivas.
- (D) condições emocionais e financeiras.
- (E) condições de segurança e estabilidade.

34 Carvalho et. all no terceiro capítulo do livro O Estudo Social em Perícias, Laudos e Pareceres Técnicos, (org. CFESS, 2014), discutem a implantação de uma lógica atuarial “como padrão de racionalidade na gestão da aplicação da pena e na sua execução” (p.131). Essa proposta, em detrimento do investimento em políticas sociais reforça a:

- (A) inclusão social.
- (B) inserção social.
- (C) exclusão social.
- (D) ascensão social.
- (E) desigualdade social.

35 Em capítulo do Livro Família, Famílias: práticas sociais e conversações contemporâneas (2010, p. 15-38), ao discutirem as configurações familiares, Rita Freitas e outros consideram que “Esse modelo de família que conhecemos tem uma história recente (...) no início do século XVIII, com o surgimento da escola, da preocupação com a privacidade e igualdade entre os filhos, da manutenção das crianças junto aos pais e o sentimento da família sendo valorizado pelas instituições sociais (como a Igreja ou a medicina), é que começou a desenhar o perfil da família que hoje conhecemos e aprendemos a pensar como universal, sem atentar para a sua construção”:

- (A) social.
- (B) emocional.
- (C) religiosa.
- (D) consanguínea.
- (E) afetiva.

36 Ao tratar da prática profissional cotidiana, Tania Dahmer Pereira (2010, p.163-164) alerta que o contato constante com a produção das sequelas das expressões da questão social por vezes acarreta, sem que se perceba, um(a):

- (A) epifania.
- (B) alienação.
- (C) cegueira.
- (D) desgaste.
- (E) desmotivação.

37 Segundo a Resolução CFESS nº 559, de 16 de setembro de 2009, o/a assistente social, quando intimado(a) perante a autoridade competente a prestar depoimento como testemunha, deverá comparecer e declarar que

está obrigado(a) a guardar sigilo profissional, sendo:

- (A) vedado depor na condição de testemunha.
- (B) permitido depor na condição de testemunha.
- (C) facultativo depor na condição de testemunha.
- (D) obrigatório depor na condição de testemunha.
- (E) dispensável depor na condição de testemunha.

38 O Conselho Nacional de Justiça instituiu em 2019, por meio da Resolução 307, a Política de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional. Um dos princípios que norteiam essa política é:

- (A) seletividade na adesão das pessoas egressas.
- (B) acolhimento compulsório para tratamento.
- (C) encaminhamento obrigatório para a rede.
- (D) promoção da igualdade racial e de gênero.
- (E) acompanhamento exclusivo pelo Serviço Social.

39 Segundo a Lei de Execuções Penais, Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, entre os direitos das pessoas em cumprimento de penas restritivas de liberdade, estão as assistências:

- (A) financeira; à saúde; jurídica; educacional; social; e religiosa.
- (B) material; à saúde, judicial; educacional; social; e religiosa.
- (C) material; financeira; jurídica; educacional; social; e religiosa.
- (D) material; moral e cívica; jurídica; social; e religiosa.
- (E) material; à saúde; jurídica; educacional; social; e religiosa.

40 Ao tratar das tensões e motivações sociais presentes na relação de troca, característica da sociedade de classes, Marilda lamamoto considera que essa relação “expressa os interesses de classes distintos, que se corporificam nas ações dos indivíduos no âmbito da esfera produtiva e afetam suas”:

- (A) intencionalidades.
- (B) subjetividades.
- (C) racionalidades.
- (D) religiosidades.
- (E) humanidades.